



25300357



08018.052258/2023-17



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

## **CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS - CONARE**

No dia onze de agosto de dois mil e vinte e três, às dez horas, no Salão Modular nº 4, do Edifício Sede deste Ministério, foi realizada em formato híbrido, a centésima septuagésima segunda Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pela Presidente do Conare, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**, com a presença do membro suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté**.

Foi Registrada a presença da Coordenadora-Geral do Conare, **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, da representante titular da Polícia Federal, **Sra. Indira Lima Croshere**, da representante titular do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Maria Clara de Paula Tusco**; da representante titular do Ministério do Trabalho e Emprego, **Sra. Lucilene Estevam Santana**, do membro titular do Ministério da Educação, **Sr. Thomaz Alexandre Mayer Napoleão**; do membro titular da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Mons. Manuel de Oliveira Manangão**; do membro suplente da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Pe. Marcelo Maróstica Quadro**; do membro titular do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), **Sr. Davide Torzilli** e da representante suplente do Acnur, **Sra. Silvia Sander**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do representante da Defensoria Pública da União, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**; do representante da Defensoria Pública da União, **Sr. João**

**Freitas de Castro Chaves;** do representante do Ministério Público Federal, **Sr. André de Carvalho Ramos,** do membro convidado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Sr. Alex André Vargem;** da representante suplente convidada do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo;** da representante convidada do Ministério de Portos e Aeroportos, **Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia;** da representante convidada do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, **Sra. Bárbara Pereira dos Cravos;** da representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, **Sra. Niusarete Margarida de Lima;** e da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Ir. Rosita Milesi.**

Acompanham também a reunião na condição de participantes:

Amarilis B. Tavares (CG-Conare); Ana Célia Honorato Dorta (CG-Conare); Beatriz de Souza Furtado (CG-Conare); Breiner Silvestre Alves Franco (CG-Conare); Daniel Campos; Daniela Barbosa dos Santos (MJSP); Danielle do Amaral Pizetta (CG-Conare); Diego Souza Merigueti (Acnur); Fátima Mayumi Kowata (CG-Conare); Felipe Gonçalves da Fonsêca (MJSP); Francielle Araújo Pains (CG-Conare); Giselle Ferreira Bernardazzi Torrens (CG-Conare); Hugo Felipe Gonçalves (CG-Conare); Lara Rocha Guimarães (Acnur); Ilana Szabo (DPU); Isabel Soares da Costa (MRE); Isabela Mazão (Acnur); Jefferson Tavares de Araújo (CG-Conare); Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur); Jorge Luiz Ribeiro de Paula (CG-Conare); Juliana Araújo da Silva (CG-Conare); Juliana Nascimento Bueno da Silva (CG-Conare); Kalyne Renne Guedes Torres (CG-Conare); Keimy Daniely Alves Rodriguez (CG-Conare); Larissa Eloá (MS); Leandro Lopes Marques (MJSP); Leila Romanini (CG-Conare); Leonardo Diego Mendes do Nascimento (CG-Conare); Ligia de Camargo Molina (Cáritas-SP); Marcelo Amâncio R. de Oliveira (MJSP); Maria Ana de Sousa (MJSP); Michelle Barbosa Muniz Jordão (MEC); Mônica Salina Lima (CG-Conare); Osório Vilela Filho (CG-Conare); Paulo Sergio de Siqueira (CG-Conare); Pedro Henrique de Moraes Clcero (CG-Conare); Rafael Lopes França (MS); Ricardo André de Souza (CG-Conare); Rodrigo Macedo Soares (CG-Conare); Rogério Tavares Leda (Acnur); Rômulo M. de Souza (Acnur).

A reunião foi iniciada com a seguinte pauta:

1. Informes gerais

- 1.1. Iniciação do curso de PLAc com enfoque em Política Pública para população haitiana;

- 1.2. Presença, na próxima reunião do Conare, da *Comisión Mexicana de Ayuda a Refugiados* – COMAR, para intercâmbio técnico e operacional;

1.3. 1ª Reunião do Fórum de Conares do Mercosul, no dia 22 de agosto de 2023;

1.4. Ata da 171ª Reunião Plenária do Comitê Nacional para os Refugiados;

1.5. Novo membro suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública no Conare, Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté;

2. Apreciação dos casos em bloco

2.1. Retirada de casos

2.2. 1ª lista de casos LGBTQIA+

3. Fórum Global para Refugiados;

4. 173ª Reunião Ordinária do Conare.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia fazendo alguns breves apontamentos acerca dos informes constantes na pauta. Informa que, na semana anterior, começou a primeira turma de PLAc (Português como língua de acolhimento), um curso desenvolvido em conjunto com um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Foram selecionadas vinte e quatro pessoas, vinte que estão no programa e quatro na suplência, sendo todas nacionais haitianas que darão as aulas de português como língua de acolhimento. Esse é a primeira entrega do Plano de Ação do Haiti.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** reforça a importância desse curso no enfoque dado às políticas de refúgio para pessoas africanas e afrodescendentes, pois é necessário que se tenha um olhar racializado para pessoas refugiadas e que necessitam de proteção internacional. O curso inaugura esse espaço onde se formam políticas específicas para essa população. A intenção é que o Plano de Ação do Haiti, que foi tratado na reunião plenária anterior, seja colocado em consulta pela população haitiana que vive no Brasil para que se possa construir melhores políticas para essa população. Saúda a iniciativa e agradece os envolvidos.

**Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, retomando os informes, diz que será recebida uma visita do Conare México, chamado Comar, com quem tem sido desenvolvida uma série de intercâmbios técnicos e operacionais. A visita será na semana da plenária do mês de setembro. Outro ponto dos informes é a reunião de Conares do Mercosul, estando o Brasil na presidência *pro tempore* do Mercosul nesse semestre. Essa

reunião é mais fechada, só participando poucas pessoas representando os estados membros da região, mas na próxima plenária serão trazidos os pontos discutidos para que todos tenham ciência do que foi tratado. Outro ponto do informe é sobre a ata da 171ª Reunião Ordinária que não foi fechada a tempo de ser trazida para assinatura, como vinha sendo feito até então, em razão de questões operacionais. Ela circulará e a aprovação ficará para a reunião seguinte. Ainda sobre os informes, fala sobre o novo membro suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública no Conare, Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, e dá as boas-vindas.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** fala sobre a importância do espaço de reflexão do Conare do Mercosul no âmbito do Conare do Brasil para possíveis propostas no campo de articulação internacional. Ressalta a contribuição de propostas através da liderança do Brasil nos debates do Mercosul nesse semestre, mostrando o que está sendo trabalhado aqui com o intuito de impulsionar boas práticas e políticas para a região. Após a fala, questiona se há alguma consideração a ser feita, seja no presencial ou no *online*. Não havendo, foi passado para o próximo tópico.

Na sequência, antes da apreciação dos casos, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia com esclarecimentos acerca da lista apresentada aos membros no dia anterior à reunião. Dá-se a informação, no momento da reunião, da retirada de pauta de dois casos da lista de deferimento e quatro casos da lista de extensão. A justificativa apresentada é de que podem ser retirados casos da lista por análise de mérito, óbices, eventuais alertas e restrições de segurança em parceria com a Polícia Federal.

Após a informação, a fala é indicada ao **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**, que questiona se os casos que estão sendo retirados da lista referem-se à última lista enviada.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** confirma que sim, que a lista foi enviada após a reunião técnica em que foram verificadas necessidades adicionais de instrução, após a verificação realizada pela Polícia Federal.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** comunica que, superadas as necessidades de instrução adicional identificadas, os casos retornarão na próxima plenária.

Na sequência aos itens da pauta, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** prossegue a reunião passando para os casos LGBTQIA+ e registrando o empenho da Coordenação de Elegibilidade na análise dos pedidos, bem como agradecendo à Polícia Federal, na pessoa da Sra. Indira Lima Croshere. A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** pontua a importância da análise criteriosa e cautelosa executada pelo Conare.

Como resultado, são apresentados quarenta e um casos finais de deferimento com base nos procedimentos simplificados para pessoas LGBTQIA+. Após a fala, pergunta se há algum comentário a ser realizado. Não havendo, foi dado prosseguimento para a apreciação de casos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** retoma a fala iniciando a apreciação dos casos em bloco: vinte e oito casos de Reconhecimento da condição de refugiado, deferimento; dezessete casos de Extensão dos efeitos da condição de refugiado, deferimento; quarenta e um processos de Reconhecimento da condição de refugiado, manifestamente fundado (LGBTQIA+), deferimento; quatro processos de Reconhecimento da condição de refugiado, manifestamente fundado (GGVDH) do Afeganistão, deferimento; dois processos de Reconhecimento da condição de refugiado, manifestamente fundado (GGVDH) da Síria, deferimento; um processo de Extradicação, indeferimento; sessenta e quatro processos de Autorização de viagem, deferimento; quatorze mil quinhentos e noventa e três processos de Reconhecimento da condição de refugiado (GGVDH) da Venezuela, deferimento. Sem objeção a nenhuma das listas, considera aprovados todos os blocos.

Na sequência, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia o terceiro ponto da pauta falando sobre o Fórum Global para os Refugiados e passa a palavra para a **Sra. Silvia Sander**, representando o ACNUR no Brasil, para dar um panorama sobre o Fórum.

A **Sra. Silvia Sander** agradece, cumprimenta a todos e parabeniza o governo brasileiro pelo processamento eficiente e justo dos casos. Posteriormente, explica o que é o Fórum Global para os Refugiados, assim como faz uma contextualização em relação aos compromissos apresentados pelo Estado brasileiro no primeiro Fórum em 2019 e o que se espera para o ano de 2023, que ocorrerá em dezembro. Explica que o Fórum surgiu como um marco do Pacto Mundial para Refugiados, em 2018, através da Assembleia Geral das Nações Unidas. O Pacto traz uma previsibilidade e uma forma equitativa nos desafios e respostas em relação a movimentos de refugiados ao redor do mundo. Nesse sentido, o pacto pauta-se em quatro eixos para amparar as orientações e os compromissos que foram realizados pelos Estados e demais atores participantes. O primeiro trata do reconhecimento sobre a necessidade de se diminuir a pressão nos países anfitriões, sobretudo em países fronteiriços onde as crises humanitárias ocorrem. O segundo trata do fortalecimento da autossuficiência das populações refugiadas por meio da elaboração de soluções de integração local. O terceiro trata da ampliação das oportunidades de reassentamento em terceiros países e, em quarto, destaca-se a promoção de condições para que as pessoas refugiadas possam eventualmente retornar aos países de origem, quando as condições

permitirem. A partir do Pacto Global surgem duas ferramentas de operacionalização dos propósitos do Pacto, o primeiro é a criação do Fórum Global sobre os Refugiados, acontecido pela primeira vez em 2019, representado como o maior encontro internacional para discussões específicas no tocante à proteção e soluções para essas populações. No Fórum foram mobilizados mais apoio financeiro e compartilhamento técnico amparados no Marco Global para os Refugiados. E, em 2019, a partir dessas mobilizações foram elaborados mais de 1.685 (mil seiscentos e oitenta e cinco) compromissos, 410 (quatrocentas e dez) boas práticas, criação de plataformas de apoio, elaboração de cinco novos acordos, criação de um grupo de apoio no fortalecimento das capacidades. Foi criada uma rede interdisciplinar global de Universidades e também uma plataforma digital específica para acompanhamento do pacto, bem como desenvolvida uma matriz de indicadores para aferir os resultados do pacto. Dois anos depois, em 2021, é elaborada uma segunda ferramenta de implementação dos propósitos do pacto global. Nesse sentido, a implementação e os compromissos realizados no Fórum representam um espaço de revisão intermediária com recomendações específicas. Prossegue falando que, em 2019, nesta ocasião, o Estado brasileiro apresentou onze compromissos voltados, em sua maioria, à movimentação massiva de venezuelanos ao Brasil. Além dos onze compromissos apresentados, as cátedras Sérgio Vieira de Mello apresentaram outros dois compromissos específicos das universidades. Um deles relacionado a bolsas de estudos como apoio técnico, iniciação científica para pessoas refugiadas, o segundo, relacionado ao compromisso de as universidades oferecerem cursos de português como língua de acolhimento. Encerra sua apresentação e passa a palavra à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** reitera os onze compromissos assumidos em 2019 e informa sobre o convite aos colegas do MRE e do MDS, para falar sobre os diferentes compromissos realizados. Lembra que um dos compromissos foi o fortalecimento da Operação Acolhida para recepção do fluxo migratório venezuelano, compromissos relacionados ao processo de interiorização, à ampliação, manutenção e ao desenvolvimento de ferramentas de monitoramento. Também informa que há compromissos relacionados à recepção, admissão e assistência de migrantes venezuelanos, assim como um conjunto de compromissos sobre o fortalecimento do sistema de refúgio, divulgação das práticas e engajamento em fóruns regionais. Após essas pontuações, expõe o balanço de entrega de compromissos, como o fortalecimento e o compartilhamento do sistema brasileiro de elegibilidade (compromissos 4 e 5); ainda explica que esses compromissos são o cerne das atividades do Conare e que estão sendo cumpridos de maneira muito satisfatória. Relaciona as diversas iniciativas

relacionadas aos procedimentos de simplificação para populações específicas, tais como LGBTQIA+, meninas e mulheres em situação de risco e mutilação genital feminina, também o desenvolvimento de metodologias específicas para construção, identificação e desenvolvimento interno do Conare, como: Estudos de País de Origem e formação de novos oficiais de elegibilidade. Ela agradece ao Acnur e também ressalta a importância de o próprio governo conseguir manter suas capacidades institucionais. Por fim, traz, também, foco às inúmeras participações em foros, a exemplo do Processo de Quito, onde contribuem com o compartilhamento de boas práticas.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a presença da Sra. Niusarete Margarida de Lima, do Ministério do Desenvolvimento Social, bem como enaltece as ações da Operação Acolhida, como o processo de interiorização, que é feito de forma eficiente. Também destaca a questão do Processo de Quito e a recondução das discussões para uma abordagem mais relacionada aos migrantes na América Latina e Caribe e o processo simplificado implementado para a população LGBTQIA+ e para as mulheres vítimas de contextos de grave violação de violência de gênero e de mutilação genital.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** prossegue explicando os compromissos que o Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou através do Conare, compromissos 7, 8 e 9. Esses compromissos dizem respeito a manter a política brasileira de vistos humanitários, manter também a admissão, assistência e inclusão de refugiados e migrantes venezuelanos, assim como oferecer alternativas migratórias regulares com o intuito de evitar a sobrecarga do sistema nacional de refúgio. O balanço, explica, aponta os compromissos cumpridos de forma exitosa no tocante às ações, às políticas de recepção, admissão, assistência e inclusão dos refugiados venezuelanos. Algumas das adaptações realizadas incluíram ações específicas para a população indígena, crianças menores de nove anos, maiores de nove anos e autodeclaração dos pais. Mais adiante explica que os fluxos migratórios humanitários foram mantidos e expandidos, destaca as portarias da Venezuela, os vistos humanitários para a população haitiana, afegã e ucraniana. Também explica que foram realizadas iniciativas pelo Conare para evitar a sobrecarga do sistema de asilo e para identificar quais as necessidades específicas de política migratória no país, tais como a portaria de autorização de residência para nacionais da República Dominicana, a portaria de residência para nacionais da República do Senegal e a portaria de autorização de residência para nacionais cubanos do Programa Mais Médicos. O último compromisso apontado pela Sra. Luana refere-se ao número dois, que é o compromisso relacionado ao patrocínio privado e comunitário para o reassentamento em que não foi possível avançar como foi planejado. Com isso, desde 2020 não foi possível reestruturar o programa, mas as discussões estão em andamento e se espera que seja possível retomar esse tema por

parte do estado brasileiro. Após a fala, indaga se a Sra. Sheila Santana de Carvalho gostaria de fazer mais um comentário. Não havendo, convida a Sra. Niusarete Margarida de Lima a falar sobre o compromisso número três, referente ao monitoramento do processo de interiorização; o seis, referente à interiorização de refugiados e migrantes venezuelanos; e o onze, referente à ampliação do envolvimento das partes interessadas na resposta aos movimentos de refugiados e migrantes venezuelanos.

A **Sra. Niusarete Margarida de Lima** agradece e inicia sua fala ressaltando a importância do trabalho em conjunto e como os fluxos migratórios oriundos da Venezuela proporcionaram uma experiência para os novos fluxos migratórios que estão chegando no Brasil. Coloca que a estrutura da Operação Acolhida destaca-se como uma referência que provocou a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial e dos seus respectivos comitês. Os compromissos na assistência social, tratando-se da coordenação e acolhimento, tem focado no direito aos imigrantes, igualdade de condições e bens e serviços socioassistenciais independentemente da nacionalidade. Ela solicita que todas as demais pastas também o façam para se ter uma ação transversal em todas as áreas, serviços e ações desenvolvidos para migrantes, pois há a necessidade de se realizar ações afirmativas para essa população. Destaca que não é necessário pontuar o direito do migrante, uma vez que todo cidadão que chega ao nosso país deveria ter medidas adequadas de tratamento em igualdade de condições com os demais. Ela expõe que há uma recomendação interna do Ministro do Desenvolvimento Social e da Presidência da República reforçando as culturas e entendendo que a migração é uma realidade no nosso país. Assim, foram ampliados, nas estruturas de diferentes ministérios, os encaminhamentos sobre a questão da migração. Atualmente, o Ministro do Desenvolvimento Social está realizando ações em diversos ministérios, concentrando esforços na responsabilidade compartilhada. Em relação ao monitoramento, destaca-se a importância da responsabilidade dos entes federados, indo além da ação isolada do governo federal, uma vez que o pacto federativo implica tal responsabilidade. Com a criação de novas áreas nos diferentes ministérios, como Direitos Humanos, Planejamento, Tribunal de Contas, Justiça, Educação e Ministério dos Povos Indígenas, tem-se uma oportunidade de amadurecer e ampliar a capacitação das equipes locais nas regiões ribeirinhas, onde os migrantes escolherem viver, conforme seu direito, e isso é relevante nas áreas recém-criadas, permitindo uma expansão do treinamento. No Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, está sendo elaborada uma publicação para a Rede Suas (Sistema Único de Assistência Social), mas essa rede não trabalha de forma isolada. A cooperação entre os Ministérios de Direitos Humanos, Povos Indígenas e Justiça torna-se fundamental para avançar e expandir o alcance para as regiões remotas do país e não nos mantermos

apenas nos fóruns das capitais e do governo federal em Brasília. É necessário não apenas cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil, mas estar presente em todas regiões do país, nos mais de 5.600 (cinco mil e seiscentos) municípios. O Ministério do Desenvolvimento Social avançou em ferramentas que também auxiliam no monitoramento e redução de resistências por parte dos entes federados na recepção dos imigrantes. Neste caso, o Cadastro Único desempenha um papel fundamental. Atualmente, foram registrados 242.000 (duzentos e quarenta e dois mil) venezuelanos no Cadastro Único, em comparação ao ano de 2017, em que foram registrados 1.000 (mil) venezuelanos. No entanto, elucida que ainda há desafios a serem enfrentados. Com a inclusão de indígenas no Cadastro Único, agora é possível identificar indígenas originários da Venezuela, Bolívia, Chile e Equador e, atualmente, o Cadastro Único conta com 4.382 (quatro mil trezentos e oitenta e dois) indígenas registrados, o que representa um avanço significativo. No âmbito do Programa Bolsa Família, em 2018, estavam registrados 54.000 (cinquenta e quatro mil) venezuelanos beneficiados. Atualmente, esse número subiu para 141.594 (cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro) em 2023. Também houve progresso no Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e idosos. Em janeiro de 2020, estavam registrados apenas 200 (duzentos) beneficiários, contudo esse número aumentou para 5.200 (cinco mil e duzentos) em 2023 no mesmo mês. Com os avanços, houve melhora na capacidade de atender a população migrante de forma abrangente, focando em áreas específicas e promovendo uma ação coordenada entre ministérios e entes federados. Além disso, recentemente, há uma maior participação em audiências públicas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, onde estão convocando as áreas relevantes para debater a questão migratória, principalmente no âmbito da assistência social. Além do mais, o Ministério do Desenvolvimento Social está em contato com outros ministérios, agências da ONU, além de municípios e estados. Dessa forma, foi estabelecida uma Câmara Técnica por orientação da comissão intergestores tripartite, onde estão sendo discutidas não apenas a migração, mas também medidas de revisão das normativas e a tipificação dos serviços socioassistenciais. O objetivo não é apenas criar serviços emergenciais durante momentos de crise, mas sim estabelecer tipos específicos de serviços e ações para uma preparação mais eficaz. Por isso, o Ministério do Desenvolvimento Social considera importante envolver os municípios que têm expertise nessa área, bem como as agências da ONU e ministérios, como os de Direitos Humanos e Justiça, entre outros. A próxima reunião da Câmara Técnica está agendada para setembro, em Roraima, onde serão discutidos presencialmente com os fóruns e colegiados dos secretários estaduais e municipais para que eles possam compreender melhor a questão da migração e contribuir com a sensibilização dos estados e municípios para lidar com a

recepção desses imigrantes. Diz que acredita no envolvimento de fóruns específicos, voltados para a política de assistência social, em que será possível obter avanços significativos nessas questões. Em relação aos avanços na Operação Acolhida, foi realizada uma revisão na estrutura do Comitê Federal de Assistência Emergencial, com movimentações da Casa Civil, por exemplo. Observou-se que a indicação dos membros suplentes dos ministros fortalece ainda mais o Comitê Federal. A expectativa é que em breve o comitê seja convocado para iniciar a reestruturação e determinar a coordenação a nível federal. No entanto, é importante destacar que o subcomitê tem mantido suas atividades de forma contínua, mesmo com a presença de alguns membros não oficiais. Isso reflete o compromisso e responsabilidade deste governo em prosseguir com as ações para evitar violações de direitos dos cidadãos. Nesse sentido, uma das atividades é a recepção de pessoas acolhidas em abrigos federalizados em Roraima e em acordos de cooperação, assim como no empenho na reestruturação e na revisão das regras e procedimentos internos. Há uma colaboração com a força-tarefa logística humanitária, em que estão sendo realizadas uma reestruturação das instalações, com ênfase em acessibilidade e serviços internos aprimorados. Nesse sentido, tem-se um avanço significativo na adoção de um novo modelo de abrigo, especialmente voltado para a população indígena. Esse novo formato foi desenvolvido em colaboração com as comunidades indígenas, com discussões realizadas conjuntamente para compreender e atender às suas necessidades culturais. No que diz respeito à interiorização, estão sendo revisados os fluxos, critérios e procedimentos. Atualmente, os trabalhos estão sendo preparados para atender essa questão, garantindo que o deslocamento voluntário das pessoas para os entes federados ocorra de maneira segura e prevenindo violações de direitos, como o trabalho análogo à escravidão, exploração sexual e violência de gênero. Há um destaque também para o aperfeiçoamento do centro de coordenação para a interiorização que hoje possui um espaço mais adequado e humanizado tanto para os colaboradores que lá trabalham quanto para quem os procura. Além disso, a criação do centro de capacitação, resultado de uma colaboração conjunta entre diferentes atores, incluindo o governo federal, as agências da ONU e a sociedade civil, mostrou-se crucial para o sucesso das iniciativas. Com o avanço de um posto do Sine dentro do Centro de Coordenação de Interiorização, em parceria com o governo estadual, esses avanços, embora não ocorram de maneira rápida, têm sido referências nas discussões, também fora de Roraima. Em 2018, foram interiorizados 4.972 (quatro mil novecentos e setenta e dois) imigrantes venezuelanos no deslocamento voluntário, e, até 2023, já foram interiorizadas mais de 109.900 (cento e nove mil e novecentos), distribuídos por 970 (novecentos e setenta) municípios brasileiros. O saldo foi uma média mensal de 250 (duzentos e cinquenta)

peças interiorizadas em 2018 e 2.500 (duas mil e quinhentas) peças interiorizadas por mês em 2023, o que se tornou possível por meio de acordos de cooperação, como com a Organização Internacional para as Migrações, Acnur e parcerias com entidades da sociedade civil. Essas colaborações também auxiliam na identificação de vagas de emprego sinalizadas, reunião social e na reunificação familiar, reforçando nossa ação conjunta com a força-tarefa logística humanitária. Há demandas para cofinanciamento federal por parte dos entes federados, e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome tem apoiado essas solicitações, assim como fornecido capacitação e orientação técnica para entes federados que recebem imigrantes tanto via Operação Acolhida quanto de forma espontânea. Recentemente, foram apoiados cerca de quinze municípios no primeiro trimestre de 2023 com quase 9.000.000 (nove milhões) de reais para a organização de ações socioassistenciais, não apenas em abrigos coletivos, mas também para imigrantes que residem em casas e necessitam de suporte da rede de assistência social. Para finalizar, agradece o tempo disponibilizado e encerra sua fala.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e acrescenta a importância da acolhida dessa população migrante. Após a sua fala, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** passa a palavra para a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, que informa que serão agora tratados os dois últimos compromissos. Assim, a Sra. Maria Clara de Paula Tusco é convidada a falar sobre essa questão.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** inicia sua fala agradecendo e saudando a todos os presentes. Primeiramente, é exaltado o cumprimento da maior parte dos compromissos assumidos pelo Brasil e, em alguns casos, até mesmo superados. Nesse sentido, a preparação do Brasil para o fórum deste ano enfatizou a importância de se fazer um balanço dos compromissos apresentados em 2019 antes de começar a discutir novas metas. O enfoque é uma solicitação dos organizadores do fórum, o Acnur, para a participação dos países, especialmente nesta segunda edição, em que os compromissos estão intrinsecamente relacionados ao compartilhamento de experiências e ao Processo de Quito. A participação do Brasil no Processo de Quito, e mais especificamente como presidente desse processo no ano passado, é a iniciativa central para apresentar o cumprimento desses compromissos. Lembra que o Processo de Quito é um mecanismo informal de compartilhamento de boas práticas entre treze países latino-americanos e caribenhos, criado em 2018, sob liderança do Equador. Seu foco é a população venezuelana, mas a intenção é que seja ampliado para fluxos migratórios relacionados. O Processo de Quito também inclui um grupo de amigos de países doadores, que inclui o Banco Mundial. Durante a presidência do Brasil, houve avanços no âmbito do processo. Foi alcançada uma maior

institucionalização dos procedimentos, tornando o mecanismo informal um pouco mais institucional às iniciativas no âmbito do processo, incluindo novos temas e trazendo inovação para o processo e um maior engajamento da sociedade civil brasileira, o que continua sendo uma iniciativa contínua. Além das reuniões formais do processo, a participação vai muito além. O Brasil manteve um engajamento periódico com os pontos focais de cada país participante, a *troika* e a própria Secretaria Técnica do Processo de Quito. Portanto, o envolvimento do Brasil vai muito além das reuniões formais, sendo constante nos bastidores. Durante a presidência do Brasil, foram realizadas nove oficinas temáticas sobre diversos assuntos com destaque para temas como educação, crianças e adolescentes, inserção socioeconômica, reunificação familiar, centros de orientação, espaços de apoio, HIV/Aids, refúgio, proteção internacional, COVID-19 e tráfico de pessoas, esses são os principais eixos temáticos do processo. A presidência do Brasil foi encerrada com uma plenária em outubro, que também foi marcada por uma visita de campo às instalações da Operação Acolhida em Roraima. Essa visita concreta permitiu uma compreensão mais completa e concreta, tendo sido elogiada pelos participantes do evento. Com o término da presidência, a liderança foi transmitida para o Chile, mas durante essa fase, o Brasil continuou engajado. Em fevereiro, ocorreu a primeira oficina temática presencial sob a presidência do Chile, em Santiago. A delegação brasileira participou ativamente, inclusive como expositores, compartilhando nossas experiências. Posteriormente, houve uma oficina temática sobre reunião familiar na Costa Rica, com a presença da presidente do Conare, Sra. Sheila Santana de Carvalho, e de um membro do MRE. Além das oficinas presenciais, foi mantida a participação nas oficinas virtuais. Foi realizada uma oficina temática presencial em Brasília, em junho, com participação da Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, representando o Conare e da Ir. Rosita Milesi, compartilhando os avanços na temática de elegibilidade. Continuando, destaca os avanços do Processo de Quito e aponta os desafios a serem superados. Outras iniciativas foram expandidas para além do Processo de Quito, como o Mercosul e as reuniões do Conare no âmbito do Mercosul, entre outras oportunidades, como a Comissão de Migrações da OEA. Atualmente, está em andamento uma iniciativa liderada pelo México e Colômbia para a organização de uma cúpula regional sobre migrações. Recentemente, o Brasil participou da reunião preparatória em Bogotá, onde foram compartilhadas as experiências nessa temática. Além disso, as ocasiões também proporcionaram ao Brasil a chance de discutir desafios e trocar experiências com outros países. Essa é a contribuição com relação ao balanço dos compromissos, gostaria de mencionar que estão sendo realizados os preparativos para a participação do Brasil no fórum deste ano. A missão permanente do Brasil em Genebra está em contato e participando das reuniões preparatórias para entender como os

compromissos dos países devem ser apresentados e a participação esperada. Em fevereiro passado, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encontrou-se com o Alto Comissário para os Refugiados, Filippo Grandi, e recebeu um convite pessoal para participar do fórum deste ano. O fórum não apenas apresenta compromissos para o futuro, mas também uma oportunidade para dar visibilidade ao que o Brasil tem realizado internamente, além de se refletir sobre as ações dos últimos quatro anos. Nesse sentido, o alto comissário expressou a importância da participação do Brasil e do protagonismo esperado para nosso país no evento. Este ano, a maior dificuldade enfrentada pelo Brasil é a seleção dos compromissos a serem apresentados e como formatá-los de maneira qualitativa e abrangente, pois os organizadores solicitaram que os compromissos sejam menos numerosos e mais focados na qualidade. No fórum anterior, o número de compromissos foi extenso e, por vezes, fragmentado. Agora, há um esforço para criar uma conexão mais forte entre os compromissos e envolver diversos atores internacionais e da sociedade. O Brasil está trabalhando para priorizar os compromissos, embora tenham, inicialmente, sido recebidas cerca de vinte e três sugestões. Uma recomendação importante dos organizadores é que os compromissos sejam formulados de maneira articulada, envolvendo diferentes esferas do governo e também a sociedade. Nesse sentido, o Brasil está buscando o envolvimento de órgãos estaduais e municipais, contando com o suporte do Acnur. Agradece e encerra sua fala.

Nesse momento, a **Ir. Rosita** solicita a palavra para expressar seu agradecimento pelo último encontro do Processo de Quito realizado em Brasília, ocorrido em junho. A equipe do Ministério das Relações Exteriores levou todo o grupo para visitar a Casa Bom Samaritano, localizada no Lago Sul, o que foi uma experiência valiosa para todos. A visita do grupo à casa proporcionou uma interação muito interessante, uma troca estimulante para todos. Relata que foi uma apreciação muito positiva desse projeto de acolhida de famílias venezuelanas, o qual é realizado por meio do trabalho conjunto entre IMDH, AVSI Brasil, e a CNBB. Além disso, após a visita à Casa, o grupo também visitou a exposição sobre refugiados, o que também foi extremamente positivo. Há um entendimento crescente de que o Processo de Quito poderia ser estendido para abranger não somente a migração venezuelana, mas também outras realidades migratórias na América Latina. Isso tem sido mencionado tanto no Chile quanto aqui. É importante que se considerem os avanços consolidados pelo Processo de Quito para uma expansão mais ampla, abordando a questão migratória na região. Na reunião realizada em Bogotá, discutiu-se a possibilidade de estender o Processo de Quito para a Celac, envolvendo todos os países da região nas discussões sobre migração. Esse ponto foi reconhecido pela delegação do Chile, que demonstrou interesse em contribuir para essa expansão. Portanto, estamos

caminhando nessa direção. Agradece e encerra sua fala.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** solicita a palavra novamente e agradece a Ir. Rosita Milesi por lembrar sobre esse ponto importante. Em sequência, agradece à Casa Bom Samaritano por receber a equipe do Ministério das Relações Exteriores e por proporcionar a oportunidade aos participantes de compreender o funcionamento prático do abrigo e como ocorre a interiorização das pessoas. Além disso, a exposição promovida pelo Ministério da Justiça também agregou ao evento, complementando as discussões. Quanto à expansão do Processo de Quito, é uma sugestão apresentada pelo Brasil por entender ser oportuna e necessária. Durante a reunião em Bogotá, foi discutida a expansão para a Celac de forma a incluir todos os países da região nas conversas sobre migração. Essa ideia também foi bem recebida pela delegação chilena, que expressou seu interesse e disposição em colaborar.

Nesse momento, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e pergunta se há alguma consideração por parte dos membros.

A **Sra. Silvia Sander** solicita a palavra e informa que o Fórum Global acontecerá entre os dias treze e quinze de dezembro e, durante o período da realização do fórum, ocorrerão eventos laterais, com destaque para dois deles que terão a relevante participação do Brasil. Um é o lançamento do processo de Cartagena +40, que comemorará os quarenta anos da Declaração de Cartagena. O Brasil, juntamente com Chile e Colômbia, lidera esse processo. Antecipa que vem sendo feita, com a participação do governo brasileiro, uma avaliação dos resultados do plano de ação do Brasil e o que se espera é que seja apresentado no evento Cartagena +40. Haverá também um evento em homenagem a Sérgio Vieira de Mello, que se concentrará nas contribuições acadêmicas para a vida das pessoas deslocadas de maneira forçada. Além desses, haverá uma série de outros eventos propostos por diferentes atores. Quanto ao Fórum Global em si, como já mencionado, a expectativa é avaliar a implementação dos compromissos e iniciativas estabelecidos em 2019. É importante destacar que o Brasil se destaca nesse aspecto, pois todos os onze compromissos avançaram consideravelmente. Com relação à segunda metade da fala da Sra. Maria Clara de Paula Tusco, destaca a avaliação dos compromissos estabelecidos em 2019 e a implementação do processo de Cartagena +40. Com o impacto da pandemia, os espaços não foram significativos, contudo, há indícios da intenção do governo brasileiro em retomar essa experiência. Além disso, percebe-se um momento de anunciar novos compromissos e destacar boas práticas dos países. Fundamentalmente, espera-se que não apenas os Estados, mas também outros atores aproveitem esse momento para acelerar o que ainda não foi completamente implementado e pactuado em 2019. Uma ênfase importante é a apresentação de compromissos com uma abordagem mais qualitativa. Isso envolve não

apenas a apresentação de compromissos, mas também a combinação deles com promessas de apoio financeiro, técnico e material por parte de doadores e outros interessados. Portanto, o Fórum Global é um espaço para identificar necessidades e contribuir com inovações, como os chamados "mega compromissos", que buscam envolver não apenas múltiplos atores, incluindo sociedade civil e refugiados, mas também adotar abordagens plurianuais e focar em áreas como inclusão e autossuficiência. A metodologia empregada segue alguns princípios. Primeiramente, espera-se que os compromissos estejam alinhados com as vinte principais recomendações feitas em 2021, entre outros critérios. Eles devem ser quantificáveis e orientados pelas necessidades mapeadas através de consultas à população afetada. Esses compromissos devem ser desenvolvidos em diálogo com as partes interessadas, incluindo grupos da sociedade civil e pessoas refugiadas. No Brasil, o foco está nas populações que já se beneficiam das políticas de resposta humanitária. Mais de 600.000 (seiscentas mil) pessoas, incluindo refugiados reconhecidos, solicitantes de refúgio e outros, estão amparadas por essas políticas. Portarias e políticas de vistos humanitários são exemplos das ações que vêm sendo tomadas nesse contexto. O engajamento de várias partes interessadas é essencial, incluindo grupos de referência e organizações da sociedade civil. Consultas com pessoas refugiadas e a inclusão direta de suas vozes também são parte integral do processo. Selecionar representantes para o Fórum Global é parte desse esforço, buscando incluir protagonistas da situação. As etapas de preparação estão em andamento, com reuniões bilaterais e trilaterais, além da elaboração de novos compromissos e implementação dos compromissos de 2019. Os próximos passos sugeridos incluem a elaboração dos textos dos compromissos, seguida da comunicação e consulta com a população refugiada. Esses compromissos serão compartilhados com membros do Conare e, finalmente, serão submetidos ao Fórum Global. A delegação brasileira, liderada pelo MRE e com apoio de vários ministérios, participará ativamente dos eventos do fórum. No contexto brasileiro, é importante que sempre haja compromissos que fortaleçam continuamente o sistema de asilo. Especificamente, isso inclui fortalecer o Conare, que tem tido avanços desde 2009. Nos últimos quatro anos, houve progressos significativos, e agora é o momento de renovar e aproveitar essa conjuntura para propor novas estratégias e compromissos visando melhorias contínuas. Outra área relevante envolve o tema das soluções duradouras. A integração local ganha destaque nas políticas públicas, não apenas no âmbito setorial, mas também nas construções subnacionais, como nos estados e municípios. Essa é uma abordagem inovadora que tem atraído o interesse de diversos estados, mostrando como o Brasil, em nível federal e subnacional, tem avançado na construção de políticas especializadas para essas populações. A discussão sobre um programa de reassentamento e vias

complementares também está em pauta. A continuidade da política de vias complementares de admissão, como os vistos humanitários, é considerada uma prática excelente e desafiadora. Além disso, está sendo discutida a possibilidade de o Brasil aderir a outros "mega compromissos". Haverá compromissos voltados para a educação e, eventualmente, atores do sistema de justiça regional podem manifestar interesse em compromissos específicos. Para finalizar, comenta sobre o processo do Cartagena +40 e lembra a relevância da América Latina e do Caribe no papel significativo na construção do Pacto Global sobre Refugiados desde 2018, com marcos importantes como os "cem pontos de Brasília". Em 2019, a região participou ativamente na apresentação de compromissos, respondendo por quatorze por cento do total. O processo Cartagena +30, que há uma década foi liderado pelo Brasil e resultou na Declaração e no Plano de Ação, agora serve como base para a discussão do que esperamos para os próximos dez anos. O Cartagena +40 certamente envolverá a formulação de um novo plano de ação regional, conectado a outros processos em andamento, como o de Quito, entre outros mencionados aqui. O objetivo é fortalecer os avanços para os próximos passos, alinhados ao consenso do Pacto Global sobre Refugiados. Diversas áreas estão sendo abordadas no processo preparatório, buscando garantir a continuidade e o aprimoramento das ações relacionadas a refugiados e deslocados forçados. O diálogo entre diferentes partes interessadas, incluindo Estados, sociedade civil e pessoas diretamente afetadas é fundamental para fortalecer essas ações e promover um ambiente mais inclusivo e sustentável. Foi um total de 240 (duzentos e quarenta) compromissos com um painel de acompanhamento para esses compromissos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e pergunta se há alguma outra consideração a ser feita em relação ao cronograma apresentado. Não havendo, foi dada a palavra para a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, que diz que a ideia é incluir os membros do Conare nesse processo de revisão e elaboração de compromissos no âmbito do Pacto Global. Nos próximos meses, pretende-se realizar o exercício de redação, uma tarefa complexa, envolvendo diversos formulários, temas e possibilidades. Dessa forma, quando o exercício estiver maduro e apresentável, o Conare planeja compartilhar com os membros. O trabalho está sendo realizado com a expectativa de se apresentar algo substancial na próxima plenária, para que se possa discutir e receber as contribuições dos membros. O calendário proposto visa a assegurar uma abordagem efetiva e inclusiva. A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** agradece e encerra sua fala.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e relembra a participação do Conare México na próxima reunião plenária que está marcada para o dia vinte e um de setembro, às 10 horas, de forma híbrida, e que a reunião técnica será realizada no dia quatorze de setembro. Dito isso, encerra 172ª Reunião



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 30/08/2024, às 13:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25300357** e o código CRC **36792384**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

---